



ESTADO DA PARAÍBA

Mensagem nº

João Pessoa, 30 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

ADRIANO CEZAR GALDINO DE ARAÚJO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba

João Pessoa – PB

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter, à elevada consideração de Vossa Excelência, o Projeto de Lei Orçamentária Anual que estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2021, fundamentada pelo art. 166, inciso III c/c o art. 167, da Constituição Estadual e no cumprimento da Lei nº 11.776, de 24 de setembro de 2020.

O Projeto compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado detém a maioria do capital social com direito a voto e foi elaborado de acordo com as diretrizes orçamentárias para 2021, e com metas e ações integrantes da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2020-2023.

O valor estimado neste Projeto de Lei para o exercício financeiro de 2021, incluindo todas as receitas, inclusive das empresas independentes, com as deduções obrigatórias para o FUNDEB, totalizam R\$ 13.317.790.731,00 (treze bilhões, trezentos e dezessete milhões, setecentos e noventa mil e setecentos e trinta e um reais).

Cabe ressaltar que a Proposta Orçamentária de 2021 cumpre com a aplicação mínima exigida pela legislação pertinente as ações quanto à manutenção e desenvolvimento do ensino e os serviços de saúde.



ESTADO DA PARAÍBA

Esta Proposta de Lei Orçamentária que ora submeto à apreciação dessa Casa é resultante de uma análise econômica e financeira, a partir de cenários macroeconômicos do Brasil e da Paraíba, como também, otimização das despesas correntes e melhorar a qualidade do investimento, onde a presente Proposta Orçamentária concilia os princípios da responsabilidade fiscal com a expansão e melhoria dos bens e serviços públicos disponibilizados à população. Esta opção garante a disciplina fiscal e financeira num cenário de continuum dos impactos do COVID-19 na economia, que trará consequências ainda incertas para a retomada do crescimento nos anos subsequentes a essa PLOA.

Vivemos com a PLOA de 2021 um grande desafio no enfrentamento da pandemia, onde o governo, logo que tomou conhecimento oficial da ocorrência da pandemia (COVID-19) no território brasileiro e sua propagação para os estados do nordeste, tratou de imediato como um grande desafio, e já em meados do mês de março de 2020, estabeleceu um Plano Operativo de Ações voltadas ao combate do vírus e de apoio aos segmentos populacionais mais carentes que vivem nos 223 municípios paraibanos, principalmente nas regiões do estado, onde ocorrem maiores riscos de contágios, dado ao maior fluxo de movimentação de pessoas, como também, onde se encontra o maior grau de vulnerabilidade de famílias que moram em áreas periféricas e/ou em situação de rua.

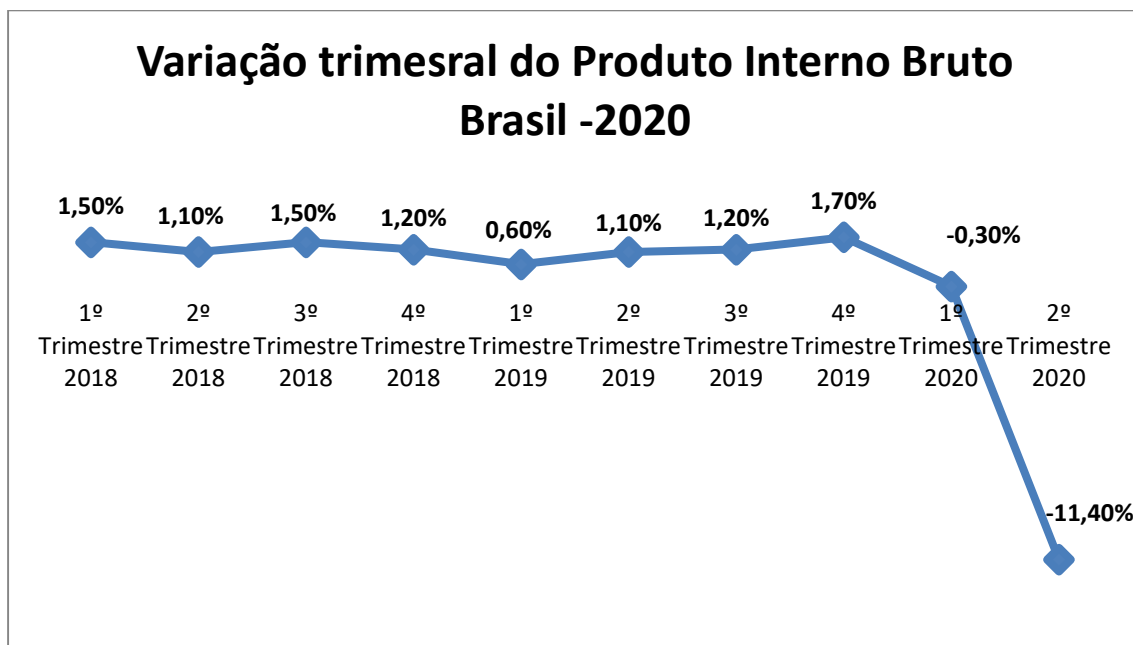
Como na Paraíba, as ações na esfera da gestão pública estadual foram tomadas com bases na ciência e fundamentadas em evidências, isso nos permitiu diminuir os impactos do COVID-19 no território paraibano e a manutenção da disciplina fiscal e financeira do estado, fazendo com que hoje possamos apresentar uma PLOA construída com embasamentos técnicos, que nos permitirá continuar em frente, atento e com muito mais perfeição.

Como sabemos o quadro vivenciado desde março de 2020 no cenário socioeconômico ainda sofre com a situação emergencial devido à pandemia (Covid-19). Nos primeiros trimestres de 2020 o Produto Interno Bruto brasileiro apresentou



ESTADO DA PARAÍBA

consecutivas quedas em seu crescimento de -0,3% no primeiro trimestre e -11,4% no segundo trimestre.



Fonte: IBGE/Sistema de Contas Trimestrais

A expectativa de mercado divulgado pelo Banco do Brasil relatório Focus no dia 28/09/2020 projeta um crescimento de -5,04% do PIB brasileiro em 2020.

Todos esses fatores impactam no planejamento público. E devemos ter clareza disso, quando se submete um Projeto de Lei Orçamentária Anual que estima a Receita e Fixa a Despesa do Estado, mesmo com a expectativa de que no próximo exercício a economia já expresse reação às políticas públicas para a retomada do crescimento.

Foi o que fizemos, o Executivo, dentro de um enorme esforço de gestão considerou para cada unidade orçamentária dentro dos limites financeiros disponíveis, em conformidade com a projeção de receita, um incremento médio de 3% com base no IPCA, aumentando os limites financeiros para todas as unidades e assim, permitir uma equidade orçamentária a realidade do Estado. Também, continuaremos intensificando a adoção de medidas voltadas para a ampliação das receitas, modernização e melhoria da gestão fiscal, do combate à sonegação e o fortalecimento da inteligência pública, gerando maior retorno e menor custo



ESTADO DA PARAÍBA

possível, complementando com a busca por alternativas de estímulo ao crescimento da economia do Estado frente às consequências da pandemia do COVID-19.

Por fim, esperamos do ponto de vista do planejamento orçamentário, que todas as unidades orçamentárias, se adequem a realidade econômico-financeira do Estado e promovam um bom planejamento para contribuir e impulsionar o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

No demais, o instrumento que ora remeto à deliberação dessa Casa detalha os programas e ações governamentais a serem executados no exercício financeiro de 2021.

Assim, renovo cordiais e respeitosos votos de consideração e apreço a Vossa Excelência e aos dignos pares, bem como aos demais servidores da ALPB.

Atenciosamente,

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador